

Recomendação n.º 28:

Análise sobre a situação da Aquicultura nas Regiões Ultraperiféricas

Embora a aquicultura seja o sector alimentar com mais rápido crescimento no mundo, as regiões ultraperiféricas (RUPs) encontram-se em níveis de desenvolvimento desta atividade, muito diferentes.

Considerando as várias dificuldades sentidas pelo CCRUP, ao longo deste ano e meio de efetivo funcionamento, quando tentávamos discutir problemáticas associadas à aquicultura e a consequente dificuldade em redigir recomendações informadas, o CCRUP decidiu elaborar um breve estudo sobre a aquicultura nas Regiões Ultraperiféricas e a respetiva análise *SWOT* da informação recolhida, para tentar compreender o que nos assemelha e distingue, promovendo discussões mais assertivas, tanto internas como com a Comissão Europeia e Estados Membros, favorecendo a melhoria da informação para o desenvolvimento da aquicultura nos nossos territórios.

Assim, o Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas concluiu:

- Graças ao apoio das políticas locais, as Canárias têm conseguido desenvolver uma produção aquícola significativa;
- Entre as RUP portuguesas, a Madeira é a mais desenvolvida, enquanto os Açores se encontram ainda numa fase experimental. No entanto, esta região já tem legislação específica que rege a aquicultura;
- As regiões ultraperiféricas francesas estão muito atrasadas em termos do seu potencial de desenvolvimento, que é principalmente marinho, como na Martinica, *Mayotte* e Guadalupe, ou “em terra”, como na Reunião e na Guiana Francesa. São Martinho não tem atividade aquícola. A *Mayotte* tem de recomeçar do zero. A Guiana Francesa tem dificuldades em começar o seu desenvolvimento. A Reunião, a Martinica e a Guadalupe produzem em conjunto menos de 100 toneladas/ano;
- O afastamento das RUP da Europa continental condiciona os contextos de produção (custos de importação) e limita a acessibilidade aos mercados mais exigentes;
- Assim, as Ilhas Canárias podem importar alevinos a baixo custo e exportar o seu peixe para a Europa continental. As RUP francesas, que têm de produzir os seus próprios alevins em pequena escala e limitar-se aos seus mercados domésticos.

No entanto, todos concordam com a necessidade de desenvolver uma aquicultura sustentável, com o objetivo de aumentar a parte da produção aquícola europeia e reduzir a dependência alimentar dos territórios, preservando ao mesmo tempo o ambiente.

As crises que estamos a viver, incluindo a do COVID 19, fazem deste último objetivo um dos elementos estratégicos de resiliência nas RUP. Existe uma vontade por parte de todas as entidades locais em apoiar o desenvolvimento da aquicultura.

Embora o potencial se mantenha intacto, os obstáculos observados são frequentemente partilhados:

- Fortes restrições administrativas e regulamentares;
- Fraca estruturação do sector;
- Baixa atratividade do sector para a economia;
- Fraco apoio bancário;
- Insuficiência de incubadoras operacionais capazes de garantir o fornecimento de juvenis em quantidades e qualidade regulares;
- Ausência/insuficiência de centros técnicos capazes de apoiar o sector;
- Custos de produção adicionais, devido à distância ao continente europeu;
- Risco de ciclones/furacões;
- Insuficientes recursos de investigação especificamente dedicados à aquicultura nas RUPs;
- Falta de controlo sobre a criação de espécies nativas, num contexto de regulamentação mais rigorosa sobre a introdução de espécies exóticas;
- Perceção negativa da atividade por parte do público, em geral.

As regiões ultraperiféricas beneficiam de vários pontos fortes (intrínsecos) e oportunidades (extrínsecos) relacionados com o sector aquícola, mas é ainda necessário desbloquear as ameaças identificadas, sejam elas financeiras, regulamentares, administrativas, científicas, técnicas, logísticas ou em termos de imagem perante o público em geral.

É de salientar que o novo Regulamento FEAMPA (UE) 2021/1139 oferece uma nova oportunidade para o desenvolvimento da aquicultura para todas as regiões ultraperiféricas. É importante assegurar que a implementação do FEAMPA seja rápida, para que não conduza a um período de vazio que enfraqueceria ainda mais o sector. Este novo regulamento também deve ser mais eficiente do que a FEAMP no processamento de candidaturas.

Por fim, o CCRUP reitera que este trabalho pretende servir de base para que a Comissão Europeia e os Estados Membros interessados, possam **desenvolver estudos mais aprofundados sobre a Aquicultura nos nossos territórios, promovendo um melhor conhecimento e a determinação de medidas mais adequadas a este sector.**

O Presidente do Comité Executivo do CC RUP,

(David Pavón González)